

Carta-documento do II Encontro com Mestres Populares na UFRJ, realizado na Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ entre 04 e 07 de novembro de 2008, com presença dos grupos: Batuque de Umbigada Fogo Verde de Piracicaba, Tietê e Capivari-SP, Fado de Quissamã/RJ, Cirandeiros de Tarituba-Paraty/RJ, Caxambu Sebastiana Segunda de Santo Antônio de Pádua/RJ, Caxambu do Morro do Salgueiro/RJ, Folia de Reis Manjedoura da Mangueira/RJ, Reisado Flor do Oriente de Caxias/RJ e Boi Brilho de Lucas de Parada de Lucas/RJ; de inúmeros estudiosos e interessados na cultura popular. Mestres Populares, professores, pesquisadores, alunos e interessados reunidos no II Encontro com Mestres Populares da UFRJ, chegaram, após três dias de debate e discussão, ao seguinte documento de recomendações:

Redigimos este documento em co-autoria com Mestres Populares logo após o término da gestão do Sr. Sérgio Mamberti, na direção da Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural-MinC. Gostaríamos de registrar o desejo geral de que seja garantida a manutenção das políticas públicas desenvolvidas na referida gestão; que projetos de incentivo à cultura popular continuem a ser desenvolvidos e evoluam para ações cada vez mais efetivas; que estes privilegiem não só a salvaguarda das manifestações folclóricas, mas (e sobretudo) os agentes, realizadores e (re)criadores, enquanto mestres e brincantes em seus grupos. Só assim as culturas populares estarão sendo, realmente, respeitadas como patrimônio cultural brasileiro.

Com base no notório êxito dos Editais e Prêmios de Cultura, ressaltamos a necessidade do aperfeiçoamento e do incentivo desses instrumentos com verbas específicas nas esferas federal, estadual e municipal. A linguagem empregada nesses dispositivos deve ser mais adequada à informalidade de seu público-alvo, a fim de que mestres, brincantes e integrantes dos grupos de cultura popular tradicional tenham autonomia na declaração do que lhes for exigido.

É imprescindível a presença das universidades, no exercício de sua função social, enquanto mediadoras entre os grupos portadores das culturas populares tradicionais e as políticas públicas de fomento a estas iniciativas, através de projetos de extensão universitária realizados em *campi* avançados. Trata-se de um compromisso ético no sentido de oferecer à sociedade um retorno em relação ao investimento público e, sobretudo, uma maneira eficiente de concretizar os objetivos da atividade acadêmica direcionada para o estudo das culturas populares.

Apontamos a crucial importância da constituição de Secretarias de Cultura em todos os municípios do Brasil e que em todos os Conselhos de Cultura no âmbito estadual haja representantes autênticos das culturas populares locais.

Os representantes dos grupos de culturas populares locais devem ser convidados para a construção do Plano Nacional de Cultura e para as subsequentes Conferências Municipais de Cultura. Devido à ineficácia em muitos casos da correspondência via correio e via *e-mail*, propomos que assistentes sociais organizem melhor o contato com os líderes das comunidades envolvidas e que este seja feito por meio de canais de comunicação adequados às realidades de cada local.

Diversas comunidades mantenedoras de manifestações do patrimônio imaterial brasileiro sofrem com questões fundiárias. Nestas localidades, é comum que haja espaços de socialização já consagrados pela tradição. Propomos que estes espaços que comprovadamente sejam sedes de grupos tradicionais, bem como praças, parques, escolas sejam protegidos por normas judiciais específicas. Um exemplo claro deste tipo de problema ocorre na comunidade de Tarituba-Paraty/RJ.

Por fim, reafirmamos pontos já citados na Carta–Documento do I Encontro com Mestres Populares na UFRJ:

A importância de efetivação da política de amparo e incentivo a culturas tradicionais, como o auxílio financeiro aos mestres populares que há tantos anos são os responsáveis pela existência e permanência da manifestações locais, questão já garantida por lei federal e desenvolvida em diversos estados do Brasil. O estímulo a participação e orientação dos grupos em editais de patrocínio que entendemos ser função das Prefeituras, Comissões de Folclore, universidades e outros órgãos de reconhecido envolvimento ético com os grupos tradicionais. Por exemplo: a política da escolha dos Pontos de Cultura deve privilegiar, majoritariamente, os grupos originais existentes em cada comunidade. Outra linha de ação importante é o estabelecimento de convênios para viabilizar o repasse de recursos públicos e privados para os grupos tradicionais de cultura popular. As Secretarias de Educação podem contribuir incentivando a contratação de mestres populares enquanto profissionais da área de Educação (como indicado em documentos no I e II Seminários de Políticas Públicas para as Culturas Populares, organizado pela Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura-MinC), com o objetivo de desenvolver de projetos pedagógicos sobre a culturas populares no ambiente escolar, de maneira continuada no dia-a-dia dos estudantes e não apenas em datas comemorativas. Ressaltamos a urgente necessidade da integração dos Ministérios de Educação e Cultura para o sucesso das ações referente às culturas populares.

Coordenadores e participantes do II Encontro com Mestres Populares na UFRJ, organizado pela Companhia Folclórica do Rio-UFRJ.